



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Controladoria-Geral da União - CGU
2003/2004

**Analista de Finanças
e Controle**

Prova 3

**AUDITORIA E
FISCALIZAÇÃO**

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Finanças Públicas	01 a 15	2
Auditoria	16 a 30	
Políticas Sociais e de Infra-Estrutura no Brasil	31 a 45	
Contabilidade	46 a 60	

Boa Prova !

FINANÇAS PÚBLICAS

01- A necessidade de atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Assim, é correto afirmar que

- a) a função distributiva do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos eficientemente pelo sistema de mercado.
- b) a função alocativa do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego.
- c) o governo funciona como agente redistribuidor de renda através da tributação, retirando recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e transferindo-os para os segmentos menos favorecidos.
- d) a função estabilizadora do governo está relacionada ao fato de que o sistema de preços não leva a uma justa distribuição de renda.
- e) a distribuição pessoal de renda pode ser implementada por meio de uma estrutura tarifária regressiva.

02- É de conhecimento geral que, por várias razões históricas, o Estado assumiu em vários países de industrialização tardia ou subdesenvolvidos uma função central na promoção do desenvolvimento econômico, inclusive no Brasil. Identifique a opção falsa.

- a) No Brasil, o Estado, para viabilizar o processo de industrialização, assumiu a incumbência de desenvolver o setor de bens intermediários e gerar a infra-estrutura.
- b) As empresas estatais, no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), conforme determinação governamental, só podiam ter acesso ao crédito interno.
- c) O Estado brasileiro atuou no desenvolvimento do setor siderúrgico, da exploração de petróleo, do setor petroquímico, entre outros.
- d) Além do grande esforço na tentativa de redirecionamento da poupança interna para os projetos do II PND, houve uma grande participação de empréstimos externos no financiamento dos programas de investimentos.
- e) Observou-se, ao longo do processo de desenvolvimento nacional brasileiro, a constituição de um setor produtivo que ocupava os espaços que não estavam ao alcance do setor privado propriamente dito.

03- Se a dívida pública de um país era de 25% do PIB no ano t e passou a ser 32,0% do PIB no ano $(t+5)$, determine qual foi o crescimento real anual médio dessa dívida, entre esses dois anos, considerando que o PIB teve um aumento real de 2,3% ao ano.

- a) 7,5 % ao ano
- b) 10,5 % ao ano
- c) 15,0 % ao ano
- d) 7,3 % ao ano
- e) 8,7 % ao ano

04- Nos últimos anos, tem-se assistido a freqüentes manifestações sobre a necessidade de um novo pacto federativo, que elimine a tensão que volta e meia se manifesta sob a forma de conflito nas relações intergovernamentais. Escolha a opção incorreta relacionada à globalização, regionalismo e federação.

- a) Em um novo pacto federativo, a autonomia deverá estar mais associada à flexibilidade no uso e à estabilidade dos recursos financeiros do que a liberdade para tributar.
- b) A harmonização da política tributária não afeta a autonomia dos entes federados, centrada na repartição das competências impositivas e no mecanismo de repartição de receitas constitucionalmente definidos.
- c) O período 1988-1998 sofreu influência de uma instável conjuntura econômica que afetou fortemente o campo fiscal e acabou por reverter parte significativa dos avanços alcançados no rumo da descentralização.
- d) A manutenção do federalismo requer a existência de instituições independentes em cada um dos níveis de governo.
- e) Quando as desigualdades regionais são grandes, o equilíbrio entre repartição de competências e a autonomia federativa depende de um eficiente sistema de transferências compensatórias.

05- A justificativa para o que foi denominado ciclo político invertido baseou-se no argumento da existência de restrições políticas ou sociais à adoção de medidas fiscais impopulares. A promoção do desenvolvimento e o esforço no sentido de minimizar os conflitos sociais formam, naturalmente, parte do ideário de qualquer governo. O que caracteriza as políticas populistas, de acordo com seus críticos, seria a combinação de quatro fatores. Identifique o fator que não é pertinente.

- a) O ativismo governamental.
- b) O redistributivismo a qualquer custo.
- c) A afirmação das consequências positivas decorrentes de elevados déficits fiscais.
- d) A tentativa de promover o crescimento econômico, independentemente das condições de contexto.
- e) A ausência da percepção da existência de restrições macroeconômicas.

06- Com base na Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa.

- a) Um bem público puro é caracterizado por ter seu consumo não rival e não excludente.
- b) Bens privados são aqueles cujo consumo é tanto rival quanto excludente e são providos eficientemente em mercados competitivos.
- c) A exclusão permite que o produtor do bem privado possa ser pago sempre que um consumidor fizer uso do mesmo.
- d) Um exemplo de bem público puro é segurança nacional.
- e) Há rivalidade no consumo de um bem se o consumidor desse bem por parte de uma pessoa aumenta a disponibilidade do mesmo para as outras.

07- Para atingir os objetivos de política econômica, o governo dispõe de um conjunto de instrumentos. Entre eles estão a política fiscal, monetária e cambial. Assinale a opção incorreta.

- a) A política cambial corresponde a ações do governo que atingem diretamente as transações internacionais do país.
- b) A política fiscal pode ser dividida em política tributária e política de gastos públicos.
- c) Para controlar as condições de crédito, o governo utiliza a política monetária.
- d) Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política monetária é expansionista e, caso contrário, é contracionista.
- e) Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de vários países.

08- Os modelos macroeconômicos procuram analisar o comportamento dos gastos públicos durante o tempo. Os modelos que tentam associar o crescimento dos gastos públicos com os estágios de crescimento do país foram desenvolvidos por

- a) Peacock, Wiseman e Wagner.
- b) Adolpho Wagner.
- c) Peacock, Wiseman e Herber.
- d) Musgrave, Rostow e Herber.
- e) Musgrave, Rostow e Kay.

09- De acordo com a teoria da tributação, aponte a única opção incorreta.

- a) Os impostos específicos são aqueles cujo valor do imposto é fixo em termos monetários.
- b) Os impostos ad-valorem são aqueles em que se tem uma alíquota de imposto e o valor arrecadado depende da base sobre a qual incide.
- c) Os impostos específicos são pró-cíclicos.
- d) O sistema tributário deve poder conter o processo de crescimento desajustado, atuando, muitas vezes, de forma contracíclica.
- e) Um sistema tributário é progressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.

10- Pesquisando as experiências na área orçamentária podem-se encontrar diversos processos de elaboração de orçamento nos quais a presença de maior ou menor grau de ação planejada provoca grandes contrastes. Assinale a definição que identifica o orçamento de desempenho.

- a) Processo orçamentário que se apóia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo.
- b) Processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto.
- c) Processo orçamentário que representa duas dimensões do orçamento: objeto de gasto e um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas.
- d) Orçamento elaborado por meio de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa.
- e) Processo orçamentário que se apóia no critério de alocação de recursos por meio do estabelecimento de um quantitativo financeiro fixo.

- 11- A receita da administração pública pode ser classificada quanto à natureza, ao poder de tributar, à coercitividade, quanto à afetação patrimonial e quanto à regularidade. Marque a opção falsa.
- Quanto à afetação patrimonial, as receitas são classificadas em orçamentárias e extra-orçamentárias.
 - Quanto ao poder de tributar, a receita é dividida conforme a discriminação constitucional das rendas, em federal, estadual e municipal.
 - Quanto à coercitividade, as receitas podem ser divididas em originárias e derivadas.
 - Quanto à regularidade, as receitas podem ser desdobradas em ordinárias e extraordinárias.
 - Na classificação quanto à natureza, diz-se que as receitas tributárias e as receitas de contribuições são exemplos de receitas correntes.
- 12- O Plano Plurianual de 2000-2003 do governo brasileiro, que recebeu o nome de Avanço Brasil, continua mudanças de grande repercussão no sistema de planejamento e orçamento do Governo Federal. Segundo o conteúdo desse plano, identifique a única opção que não é pertinente.
- Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento nacional.
 - O desenvolvimento sustentável contava com a grande capacidade de geração de poupança interna e com a força do mercado de capitais para o financiamento de longo prazo, necessário para viabilizar os novos investimentos em infraestrutura e ampliar o número de empresas instaladas no País.
 - Diante das restrições fiscais, os recursos foram alocados para setores essenciais à retomada do crescimento e para as demandas sociais mais críticas.
 - Os investimentos necessários ao desenvolvimento não seriam somente tarefa do setor público. A parceria entre governo, iniciativa privada e a sociedade organizada seria indispensável para alcançar os objetivos econômicos e sociais.
 - Para crescer de forma consistente, o país precisaria consolidar a estabilidade econômica e essa estabilidade só estaria garantida com um efetivo ajuste fiscal.
- 13- Com relação à despesa pública, identifique a que natureza de categoria de programação orçamentária corresponde o pagamento de sentenças judiciais.
- atividades
 - projetos
 - programas
 - planejamento prévio
 - operações especiais
- 14- Com relação à análise custo-benefício de projetos e programas governamentais, identifique a opção incorreta.
- O valor econômico dos benefícios tangíveis de um projeto em um mercado de competição perfeita é avaliado pelos preços de mercado e os benefícios precisam ser ajustados adequadamente.
 - Se os benefícios excedem os custos, o projeto pode conduzir a uma mais eficiente alocação de recursos.
 - A análise de custo-benefício não é um substituto para o processo político, uma vez que é um método de escolha para projetos alternativos, depois que o valor dos benefícios é determinado.
 - Na identificação e mensuração de custos e benefícios, a questão mais importante refere-se ao tratamento das externalidades.
 - Benefícios reais de um projeto são aqueles derivados de seus usuários finais.
- 15- O processo de privatização no Brasil pode ser dividido em três fases: a que ocorreu ao longo dos anos 80, a que foi de 1990 a 1995 e a que se iniciou em 1995. Com relação ao processo de privatização no Brasil, aponte a única opção falsa.
- A primeira fase correspondeu a um processo de “re-privatização”, cujo principal objetivo foi o saneamento financeiro da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
 - A segunda fase privilegiou a venda de empresas dos setores industriais, como a siderurgia, petroquímica e fertilizantes.
 - A terceira fase caracterizou-se, principalmente, pela privatização dos setores públicos, com destaque para os setores de energia elétrica e telecomunicações.
 - A terceira fase apresentou como ponto importante o lançamento do Plano Nacional de Desestatização (PND).
 - A partir de 1990, o processo de privatização esteve inserido em uma estratégia geral de governo, que contemplava a promoção das chamadas “reformas de mercado”.

AUDITORIA

16- De acordo com o decreto nº 3.591/2000, são técnicas de trabalho do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal para a consecução de suas finalidades:

- a) auditoria e autuação.
- b) auditoria e fiscalização.
- c) perícia e fiscalização.
- d) fiscalização e autuação.
- e) auditoria e a perícia.

17- O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades:

- () Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- () Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- () Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Com relação às sentenças acima, assinale com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas e indique a opção correta.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) F, F, V
- d) F, F, F
- e) V, F, F

18- Assinale a assertiva incorreta.

A contratação de empresas privadas de auditoria pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Federal indireta será admitida, quando comprovado, junto ao Ministro supervisor e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal,

- a) existir impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente pela Secretaria Federal de Controle Interno.
- b) evidenciar-se impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente por órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
- c) existir a obrigatoriedade estatutária de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes.

d) tratar-se das Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil e dos fundos por ele administrados.

e) que a auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta requer seus trabalhos.

19- De acordo com a Lei nº 8.443/1992, o Tribunal de Contas da União, ao determinar as contas regulares com ressalva, exigirá do responsável a adoção de medidas necessárias para

- a) a manutenção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- b) a correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a manter a ocorrência de outras semelhantes.
- c) ocultar as impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- d) a correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- e) a solução das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a facilitar a ocorrência de outras semelhantes.

20- Em conformidade com a Lei nº 8.443/1992, o Tribunal de Contas da União poderá, a vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo, após a publicação da decisão terminativa no Diário Oficial da União, e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas, desde que não tenha decorrido mais de

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 6 anos.
- e) 10 anos.

21- Às decisões proferidas em processos de tomada ou prestação de contas, cabem recursos de:

- a) reconsideração, embargos de declaração e revisão.
- b) reconsideração, suspensão e anulação.
- c) revisão, reconsideração e arquivamento.
- d) embargos de declaração, recomendação e fiscalização.
- e) anulação, embargos de declaração e retificação.

- 22- Após a posse do auditor, o mesmo só perderá o cargo por
- a) determinação de Procurador Geral da União.
 - b) sentença administrativa transitada em julgado.
 - c) sentença judicial transitada em julgado.
 - d) determinação dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
 - e) determinação do Presidente da República sem recurso.
- 23- Para alteração do regimento interno do Tribunal de Contas da União é necessária aprovação por
- a) maioria simples dos auditores e ministros titulares.
 - b) três quintos dos ministros titulares.
 - c) cinquenta por cento dos ministros titulares.
 - d) cinquenta e um por cento dos auditores e ministros titulares.
 - e) maioria absoluta de seus ministros titulares.
- 24- É função do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal prestar
- a) consultoria aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - b) orientação aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - c) serviços de elaboração de relatórios contábeis aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - d) serviços advocatícios aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - e) assessoramento jurídico aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
- 25- A responsabilidade pela consolidação dos planos de trabalho das unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta é da
- a) Comissão de Coordenação de Controle Interno.
 - b) Controladoria-Geral da União.
 - c) Advocacia Geral da União.
 - d) Secretaria Federal de Controle Interno.
 - e) Secretaria de Controle Interno da Casa Civil.
- 26- Assinale a opção que não representa princípio de controle interno administrativo.
- a) controle independente do custo
 - b) instruções devidamente formalizadas
 - c) controle sobre as transações
 - d) aderência a diretrizes e normas legais
 - e) segregação de funções
- 27- As variáveis básicas utilizadas em todas as fases do processo de planificação dos trabalhos de controle são fundamentais. Determinadas variáveis apresentam-se com maior destaque ou contribuição para o processo. Essas variáveis são:
- a) Relevância - Criticidade - Continuidade
 - b) Criticidade - Uniformidade - Irrelevância
 - c) Descontinuidade - Relevância - Materialidade
 - d) Materialidade - Relevância - Criticidade
 - e) Uniformidade - Materialidade - Continuidade
- 28- Concluídos os trabalhos de campo, após os esclarecimentos apresentados pelas áreas auditadas, o titular do órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, responsável pela realização da auditoria, dará conhecimento
- a) informal do Relatório prévio ao dirigente máximo da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - b) formal do Relatório prévio ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - c) formal do Relatório prévio ao dirigente máximo da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - d) informal do Relatório final ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo máximo de dez dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - e) formal do Relatório final ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo máximo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.

29- Para realização de auditoria que esteja sob a responsabilidade da Secretaria Federal de Controle Interno, nos termos do Protocolo de Entendimentos, firmado entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Organismo Internacional de Recursos externos para os Projetos/Programas custeados com recursos deste órgão, os demonstrativos financeiros e contábeis, básicos e complementares, acompanhados das devidas notas explicativas, nos modelos estabelecidos pelas diretrizes do Banco, deverão ser encaminhados até

- a) o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício.
- b) o dia 30 ou 31 do trimestre subsequente e referir-se à movimentação de recursos do trimestre anterior.
- c) o dia 31 de julho e 31 de janeiro e referir-se ao semestre imediatamente anterior findo em 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente.
- d) o dia 31 de março de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício.
- e) o dia 31 de janeiro de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício imediatamente anterior.

30- A educação continuada e a atualização são fundamentais na manutenção da competência do auditor em suas funções. Assim, cada servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visando manter-se atualizado no que se refere ao desempenho de suas atividades, deverá realizar, no mínimo,

- a) 16 horas-aula por ano.
- b) 40 horas-aula a cada dois anos.
- c) 16 horas-aula a cada dois anos.
- d) 24 horas-aula por ano.
- e) 40 horas-aula por ano.

POLÍTICAS SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA NO BRASIL

31- Numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta.

- (1) Conjunto de decisões e ações relativas à alocação de recursos públicos visando a mitigar ou eliminar desigualdades permanentes e auto-reproduzidas, bem como assistir e fortalecer os segmentos mais vulneráveis da sociedade.
- (2) Direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como por exemplo, o de ir e vir, de contratar, de empreender e de possuir propriedades.
- (3) Relação jurídico-política que define direitos e deveres de cada indivíduo, frente aos outros indivíduos e frente ao Estado.
- (4) Direitos que possibilitam a participação igualitária dos membros de uma sociedade nos seus padrões básicos de vida.
- (5) Conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.
- (6) Direitos que asseguram o exercício da capacidade de influir nas decisões políticas, seja diretamente por meio de atividade governamental ou associativa, seja indiretamente, por meio do voto.

- () Cidadania política
- () Política social
- () Cidadania social
- () Cidadania civil

- a) 6, 5, 4, 3
- b) 6, 1, 4, 2
- c) 3, 5, 2, 4
- d) 5, 1, 4, 2
- e) 5, 1, 2, 4

32- O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza resultam, primordialmente, da intensa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Na tentativa de corrigir esses problemas, especialmente durante a segunda metade da década de 90, as políticas sociais brasileiras apresentaram as seguintes características, exceto:

- a) Descentralização das ações da União para os estados, municípios e instituições da sociedade civil especialmente em áreas como saúde, educação, assistência social.
- b) Participação da sociedade na formulação, implementação e controle – pelo menos no plano formal – por meio de conselhos situados nas três esferas de governo, e que contam com integrantes governamentais e não governamentais.
- c) Regulação e regulamentação de bens e serviços públicos, definindo gradativamente novos parâmetros para a gestão e o controle da produção de bens e serviços de natureza social.
- d) Estratégias de integração intersetorial, contratação via concurso público de especialistas para carreiras específicas, treinamento regular e continuado dos servidores e avaliação sistemática dos resultados e impactos das ações empreendidas.
- e) Promoção de inovações sociais com ênfase no âmbito local como ponto privilegiado para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a busca de processos de participação democrática.

33- No debate sobre as políticas sociais, alguns analistas sustentam que o Estado brasileiro tem gasto bastante com ações cujo impacto na redução de pobreza seria mais significativo caso fossem mais focalizadas. Em consequência, freqüentemente se propõe a focalização das políticas sociais, em detrimento de políticas universais. Nos termos desse debate, indique a opção incorreta.

- a) A focalização ou a seletividade das ações é entendida como a concentração dos esforços e dos recursos na população mais carente, de forma a aliviar os altos custos sociais das políticas de ajuste fiscal.
- b) Originada no Consenso de Washington, a focalização enquanto seletividade das ações vem ganhando força em um contexto de crise do financiamento do gasto social, e no Brasil tem pautado o desenho e a implementação de vários programas sociais.
- c) A focalização ou seletividade das ações também pode ser entendida como uma estratégia para a universalização do atendimento, tendo como objetivo final beneficiar a todos, porém, primeiramente e mais a quem tem menos.

- d) A focalização diferencia-se da universalização por estar associada com medidas de promoção social e de fortalecimento da cidadania, vinculando-se os benefícios das políticas sociais ao cumprimento de exigências como freqüência escolar, vacinação infantil e outras.
- e) A universalização parte do princípio de que é preciso aumentar o gasto social, estatal e não estatal, para assegurar tanto a oferta irrestrita dos benefícios correspondentes aos direitos sociais quanto a execução de programas específicos de combate à pobreza, emergenciais e permanentes.

34- O debate sobre políticas sociais envolve conceitos diversos, como os de pobreza, desigualdade social, exclusão social. Considerando esse debate, assinale os enunciados falsos (F) e verdadeiros (V). Em seguida, escolha a opção que contém a seqüência correta.

- () Embora a pobreza apresente várias dimensões, que mudam conforme o tempo e o lugar, pode-se defini-la como a vulnerabilidade à fome e ao desabrigo e à perda das oportunidades de estudo e trabalho necessárias a uma existência digna.
- () O mais importante indicador da desigualdade social consiste na razão entre a renda média dos mais ricos e dos mais pobres em uma sociedade, já que impõe aos indivíduos a assimetria no acesso ao mercado.
- () A desigualdade de resultados refere-se à magnitude dos impactos sobre a vida dos indivíduos, das diferenças de renda e de acesso ao consumo.
- () A desigualdade social pode apresentar diversas dimensões, e afetar tanto as condições com que os indivíduos e grupos ingressam nas relações sociais, como as oportunidades a que têm acesso e os resultados que obtêm de suas ações.
- () A desigualdade de condições diz respeito à heterogeneidade de circunstâncias resultante de situações que estão além do controle dos indivíduos e que afetam decisivamente as suas oportunidades e os resultados dos seus esforços produtivos.

- a) V, V, F, F, V
- b) V, V, V, F, F
- c) V, F, F, F, V
- d) F, V, F, V, V
- e) V, F, F, V, V

35- Nos últimos dois anos, enquanto coube ao Ensino Fundamental cerca de 13% do gasto direto do Governo central brasileiro com educação e cultura, quase metade dos recursos públicos destinados ao Ensino Superior beneficiaram apenas indivíduos situados entre os 10% mais ricos da população. Sobre a política educacional brasileira, assinale a opção incorreta.

- a) O Brasil gasta com o ensino superior relativamente mais que os países ricos e muito mais que os países em desenvolvimento.
- b) As avaliações de desempenho dos alunos apontam uma baixa efetividade do ensino e da aprendizagem em disciplinas básicas e não deixam dúvida de que é baixa a qualidade do ensino básico no Brasil.
- c) O baixo desempenho dos alunos da educação básica resulta da combinação entre o insuficiente investimento público; a heterogeneidade da infraestrutura dos sistemas de ensino; a distorção idade-série; o nível de escolaridade dos professores; as condições socioeconômicas dos alunos.
- d) O Brasil é um dos países da América Latina com o maior índice de desigualdade do nível educacional entre indivíduos de diferentes faixas de renda.
- e) Um importante fator de correção das desigualdades na política educacional brasileira tem sido os benefícios tributários concedidos às entidades educacionais sem fins lucrativos.

36- No Brasil, apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação adequada e saneamento para a inclusão social e o combate à pobreza, significativas parcelas da sociedade encontram-se desprovidas desses benefícios sociais. Sobre esse tema, assinale, entre os enunciados a seguir, a única opção correta.

- a) A política brasileira de habitação, saneamento e assentamento urbano iniciou-se na década de 60, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação, cujos pilares eram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- b) Os problemas habitacionais urbanos compreendem a exclusão social e a segregação espacial da população pobre nas favelas e assentamentos informais, a escassez de serviços de infraestrutura urbana e a ocupação de áreas de risco e legalmente protegidas.
- c) A oferta de habitação é determinada pela disponibilidade de crédito para habitação, pelas condições macroeconômicas que afetam a renda familiar, por fatores demográficos e pela política tributária do governo.

- d) As políticas de saneamento afetam a morbidade e mortalidade infantil, as oportunidades de trabalho e renda, a capacidade de poupança das famílias, a formação de capital e as necessidades de financiamento do setor público.
- e) No Brasil, o déficit habitacional no meio rural refere-se principalmente à coabitação familiar e à rusticidade das habitações, enquanto no meio urbano observa-se um elevado déficit qualitativo, que se expressa pelo ônus excessivo com o aluguel, adensamento excessivo e carência ou inadequação de infra-estrutura.

37- Sobre as políticas sociais brasileiras, após o final da década de 90, indique a opção incorreta.

- a) Tanto na área de saúde, como de educação, grande parte das ações da União é executada de forma descentralizada pelos Estados e, principalmente, pelos municípios.
- b) Mesmo sendo da competência dos Estados e municípios, as áreas de habitação e saneamento recebem recursos da União, sendo que a ação do governo federal em saneamento prioriza as localidades rurais.
- c) Os recursos destinados à saúde têm-se elevado em decorrência da determinação constitucional de que a União aplique em saúde percentuais mínimos de suas receitas tributárias.
- d) Os benefícios assistenciais são concedidos, independentemente de contribuições, aos segmentos mais carentes da população segundo o critério de renda.
- e) Além dos programas federais, a sociedade brasileira tem podido contar com programas descentralizados de garantia de renda mínima, estaduais e municipais, cuja superposição tem contribuído para maior eficácia e eficiência na redução da desigualdade social.

38- O gasto público social é o instrumento central dos governos para a promoção da equidade na distribuição das oportunidades de acesso ao produto social e para a melhoria da distribuição da renda numa sociedade. Entre as assertivas abaixo, que versam sobre o gasto público social, assinale a única incorreta.

- a) Os efeitos redistributivos do gasto público social são determinados pela magnitude e pela forma de financiamento deste.
- b) No Brasil, o gasto social direto representa o maior item do dispêndio não financeiro do governo federal.
- c) O Brasil é um país de renda per capita relativamente baixa, mas tem alcançado uma arrecadação tributária equivalente à de países ricos.
- d) Embora quase metade da carga tributária brasileira seja composta de contribuições diretamente vinculadas a gastos na área social, persiste no Brasil uma das mais extremas situações de desigualdade de renda do mundo.
- e) A maior parcela dos recursos alocados na área social é absorvida pela previdência social – o regime geral da previdência social e o regime jurídico único para os funcionários federais.

39- Ao longo dos anos 90, o governo brasileiro privatizou mais de cem empresas estatais, gerando mais de US\$ 80 bilhões em receitas e dívidas transferidas. Essas privatizações

- beneficiaram apenas o governo central, que aplicou os recursos na amortização da dívida pública e no financiamento de programas federais.
- só foram realizadas depois de expressamente autorizadas pelo Congresso Nacional.
- foram conduzidas pelas agências reguladoras do respectivo setor, depois de definido o marco regulatório.
- asseguraram ao Estado o poder de veto nas decisões das empresas privatizadas por meio de ações de classe especial (*golden shares*).
- foram realizadas por meio das bolsas de valores, o que permitiu a participação de pequenos investidores, seguindo o modelo britânico.

Em relação à análise dos enunciados acima, assinale a opção correspondente.

- a) são todos corretos
- b) são todos incorretos
- c) apenas um está incorreto
- d) apenas um está correto
- e) dois são corretos, dois incorretos e um parcialmente correto

40- A privatização de empresas estatais foi um dos principais instrumentos dos programas de reforma do Estado empreendidos em todo o mundo no final do século XX. Para regular e fiscalizar os serviços privatizados, segundo os diferentes modelos adotados no Brasil, criaram-se autarquias especiais (agências reguladoras). Identifique nos enunciados a seguir aqueles que são falsos (F) e os que são verdadeiros (V). Em seguida, escolha a opção que contém a sequência correta.

- () A construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) é um empreendimento privado que depende de autorização pela ANEEL.
- () O modelo de privatização adotado para as ferrovias foi o de arrendamento dos ativos operacionais da RFFSA.
- () Após a privatização do Sistema Telebrás, compete à Anatel conceder e renovar as concessões de telefonia fixa e móvel.
- () As agências são autarquias especiais devido à natureza de suas atribuições.

- a) V, F, V, F
- b) F, V, F, V
- c) V, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, V, F

41- A reforma do marco regulatório das telecomunicações fez com que a Anatel assumisse uma série de atribuições. Algumas atribuições, entretanto, foram retidas pelo Poder Executivo. Indique quais das atribuições abaixo indicadas continuam a ser de competência do Poder Executivo:

- Nomear os cinco membros integrantes do Conselho Diretor;
- Aprovar o plano geral de outorgas;
- Aprovar o plano geral de metas para universalização;
- Instituir modalidades de prestação de serviços no regime público;
- Estabelecer os limites à participação estrangeira no capital dos operadores de telecomunicações.

- a) nenhuma
- b) todas
- c) apenas uma
- d) apenas quatro
- e) apenas três

42- Uma importante característica das agências reguladoras é a amplitude de seus poderes, entre os quais são inquestionavelmente admitidos todos os indicados nas opções abaixo, exceto:

- a) o poder normativo, que consiste em editar comandos para o setor regulado, complementando os comandos legais existentes.
- b) o poder de outorga, que seria a prerrogativa da emissão, de acordo com as políticas públicas, de licenças, autorizações e concessões.
- c) o poder de fiscalização, que consiste no monitoramento e aferição das atividades reguladas.
- d) o poder sancionatório, que consiste na competência de aplicar advertências, multas ou cassar licenças.
- e) o poder de recomendação, que consiste na competência para subsidiar, informar e orientar os agentes participantes do processo regulatório.

43- Sob a perspectiva da autonomia das agências reguladoras, assinale a única opção correta.

- a) Para a efetivação da independência é indispensável a decisão colegiada por membros investidos de mandato, a ausência de controle hierárquico, a liberdade administrativa, a autonomia financeira e um regime de pessoal compatível com a importância das atribuições da agência.
- b) A independência em relação aos agentes regulados envolve o risco do populismo regulatório, podendo a agência se transformar em um órgão promotor apenas do interesse dos grupos sociais mais numerosos.
- c) A independência em relação aos consumidores ou usuários envolve o risco de captura, por isso é essencial a utilização de mecanismos como a quarentena para os ocupantes dos cargos mais elevados na agência.
- d) A independência em relação ao poder político resulta principalmente da legitimidade baseada no reconhecimento da competência técnica da agência e de um arcabouço legal consistente o suficiente para evitar as vicissitudes do ambiente político.
- e) A independência frente aos poderes dominantes na sociedade pode ser fortalecida pela obrigatoriedade de assessoramento especializado e de consulta ou audiência pública antes de tomada de decisões relevantes pelas agências.

44- As agências reguladoras de serviços públicos brasileiras são autarquias especiais, dotadas de autonomia em relação à administração federal. Isso significa que:

- Compete exclusivamente ao Poder Executivo a iniciativa de propor a constituição de agências reguladoras.
- Compete às próprias agências definir os critérios de reajustes das tarifas dos serviços públicos por elas regulados.
- O número de diretores e as atribuições de cada um deles variam conforme a agência.
- O desempenho das diretorias das agências é avaliado nos termos dos contratos de gestão firmados a cada quatro anos.
- É vedado ao Poder Executivo interferir na execução do orçamento das agências, uma vez aprovado por suas diretorias.

Sobre os enunciados acima, é certo afirmar que:

- a) são todos corretos
- b) são todos incorretos
- c) apenas um está correto
- d) há dois corretos
- e) há três corretos

45- No âmbito das transformações do papel do Estado no Brasil a partir da década de 90, entre as diversas medidas adotadas, foi delegada à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, estabelecendo um novo formato de atuação reguladora do Estado. Sobre essa temática, assinale os enunciados falsos (F) e verdadeiros (V). Em seguida, selecione a opção que contém a sequência correta.

- () A delegação dos serviços públicos à iniciativa privada vem sendo realizada mediante concessão, concessão precedida da execução da obra pública, permissão e autorização, dependendo de cada setor e do arcabouço legal que o rege, a modalidade a ser empregada.
- () Está plenamente reconhecida a competência dos Tribunais de Contas para exercer o controle da regulação de serviços públicos concedidos, principalmente quando se trata da exploração de rodovias federais pelos Estados, mediante delegação da União.
- () Um dos primeiros setores brasileiros a experimentar a delegação dos serviços públicos à iniciativa privada, na década passada, foi o de rodovias, pois antes mesmo de ser editada a Lei Geral de Concessões, foi criada a primeira versão do Programa de Concessões de Rodovias Federais.
- () Nem a Lei que dispõe acerca das concessões em geral, nem as normas que regem as concessões em determinadas áreas específicas excluem inequivocamente a possibilidade da esfera administrativa pública alterar unilateralmente os contratos de concessão e permissão.

- a) V, F, V, F
- b) F, V, F, V
- c) V, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) V, F, F, V

CONTABILIDADE:

GERAL

46- Na empresa Mercantil Limitada os bens de venda são controlados separadamente. A ficha de controle de estoques do item "X" de mercadorias teve um fluxo físico como segue:

entradas:		
30/09	200 unidades	
10/10	100 unidades	
25/10	150 unidades	
saídas:		
15/10	150 unidades	
30/10	200 unidades	

O custo unitário foi, respectivamente, de R\$ 10,00, R\$ 16,00 e R\$ 14,00. O preço unitário de venda foi uniforme em R\$ 20,00.

Não há nesses valores nenhuma implicação de ordem tributária.

Como a empresa utiliza o critério de avaliação denominado média ponderada móvel, pode-se dizer que o custo das mercadorias vendidas (CMV) será de

- a) R\$ 4.400,00
- b) R\$ 4.375,00
- c) R\$ 4.300,00
- d) R\$ 4.434,50
- e) R\$ 4.665,50

47- A seguir são apresentados cinco lançamentos contábeis sobre a quitação de um título de crédito de R\$ 800,00. Apenas um deles não está correto nem adequado a seu próprio histórico. Assinale a opção que o contém.

- a) Diversos
a Títulos a Receber
Pela quitação que ora se faz, como segue:
Caixa
Valor líquido ora recebido 720,00
Descontos Passivos
Valor de 10% concedido
como desconto 80,00 800,00
- b) Caixa
a Diversos
Pela quitação que ora se faz, como segue:
a Títulos a Receber
Valor principal do título 800,00
a Juros Ativos
Valor de 10% incidente
como juros 80,00 880,00
- c) Títulos a Pagar
a Diversos
Pela quitação que ora se faz, como segue:
a Bancos c/Movimento
Valor líquido conforme cheque 720,00
a Descontos Ativos
Valor de 10% obtido como desconto 80,00 800,00

d)	Diversos		
	a Bancos c/Movimento		
	Pela quitação que ora se faz, como segue:		
	Títulos a Pagar		
	Valor principal do título	800,00	
	Juros Passivos		
	Valor de 10% incidente como juros	<u>80,00</u>	<u>880,00</u>

e)	Diversos		
	a Títulos a Receber		
	Pela quitação que ora se faz, como segue:		
	Bancos c/Movimento		
	Valor líquido recebido conforme cheque	720,00	
	Descontos Ativos		
	Valor de 10% concedido como desconto	<u>80,00</u>	<u>800,00</u>

48- A Cia. de Comércio Zinho apresenta a relação de contas abaixo, com respectivos saldos, para organizar o balancete, balanço e resultado.

C o n t a s	Saldos em R\$
Adiantamentos a Fornecedores	90
Adiantamentos de Clientes	50
Ações de Coligadas	800
Amortização Acumulada	60
Aluguéis Passivos	250
Caixa	100
Clientes	180
Capital Social	2.500
Capital a Realizar	350
Custo das Mercadorias Vendidas	900
Duplicatas a Receber	400
Duplicatas Descontadas	220
Duplicatas a Pagar	290
Depreciação Acumulada	110
Despesa de Comissões	200
Fornecedores	400
Impostos a Recolher	40
ICMS sobre Vendas	340
Impostos e Taxas	180
Juros Ativos	130
Lucros Acumulados	133
Mercadorias	300
Móveis e Utensílios	1.000
Marcas e Patentes	250
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Provisão para FGTS	120
Reservas de Lucros	320
Receitas de Vendas	1.800
Receitas Financeiras	50
Salários a Pagar	200
Salários e Ordenados	300
Veículos	800

Considerando apenas os saldos devedores da relação apresentada, teremos o valor de

- a) R\$ 3.513,00
- b) R\$ 5.683,00
- c) R\$ 6.033,00
- d) R\$ 6.400,00
- e) R\$ 6.440,00

Rascunho

49- O nosso Ativo Imobilizado consta apenas de Equipamento adquirido por R\$ 60.000,00, em abril de 2002, e Veículo comprado em julho do mesmo ano, por R\$ 45.000,00, com utilização imediata.

Para fins de apropriar o desgaste físico, nós consideramos a vida útil de 10 anos e 5 anos, respectivamente, com valor residual de 20%.

O encargo de depreciação contabilizado no exercício social de aquisição (2002) foi no valor de

- a) R\$ 4.500,00
- b) R\$ 6.600,00
- c) R\$ 7.200,00
- d) R\$ 8.400,00
- e) R\$ 12.500,00

50- A Arvorebrás tem um patrimônio líquido de R\$ 1.500.000,00 e possui 18% das ações emitidas pela Piauí Queijos & Doces, sendo sua coligada. O investimento não é considerado relevante, nem avaliado por equivalência patrimonial.

No fim do exercício social a investida apurou lucro líquido de R\$ 25.000,00 e destinou 40% para o pagamento de dividendos.

Ao receber a comunicação desses fatos a investidora deverá contabilizar

- | | | | |
|----|-------------------------------------|----------|----------|
| a) | Débito de Ativo Permanente | 4.500,00 | |
| | a Crédito de Receitas | | 4.500,00 |
| b) | Débito de Ativo Circulante | 4.500,00 | |
| | a Crédito de Receitas | | 4.500,00 |
| c) | Débito de Ativo Permanente | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado do Exercício | | 1.800,00 |
| d) | Débito de Ativo Circulante | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado do Exercício | | 1.800,00 |
| e) | Débito de Ativo Permanente | 2.700,00 | |
| | Débito de Ativo Circulante | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado | | 4.500,00 |

51- A Cia. de Comércio Zão apresenta a relação de contas abaixo, com respectivos saldos, para organizar o balancete, balanço e resultado.

C o n t a s	saldos em R\$
Ações de Coligadas	800
Amortização Acumulada	60
Aluguéis Passivos	250
Caixa	100
Clientes	180
Capital Social	2.500
Capital a Realizar	350
Custo das Mercadorias Vendidas	900
Duplicatas a Receber	400
Duplicatas Descontadas	220
Duplicatas a Pagar	290
Depreciação Acumulada	110
Despesa de Comissões	200
Fornecedores	400
Impostos a Recolher	40
ICMS sobre Vendas	340
Impostos e Taxas	180
Juros Ativos	230
Lucros Acumulados	33
Mercadorias	300
Móveis e Utensílios	1.000
Marcas e Patentes	250
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Provisão para FGTS	120
Reservas de Lucros	320
Receitas de Vendas	1.980
Receitas Financeiras	150
Salários a Pagar	200
Salários e Ordenados	300
Veículos	1.120

Com base nos saldos da relação acima, a empresa elaborou a DRE. Do lucro líquido apurado no exercício, a empresa destinou apenas R\$ 57,00 para o imposto de renda e R\$ 7,00 para a constituição da reserva legal. Nesta hipótese, a última linha de valor da DRE será Lucro Líquido do Exercício de

- a) R\$ 190,00
- b) R\$ 133,00
- c) R\$ 126,00
- d) R\$ 116,00
- e) R\$ 109,00

52- Em 31 de dezembro de 2003, após contabilizar o encerramento das contas de receitas e de despesas, a empresa constatou a existência de R\$ 150.000,00 de lucro líquido do exercício antes do imposto de renda, da CSLL e das participações.

A distribuição do lucro promovida em seguida contemplou:

- participação de administradores de 10% do lucro;
- participação de empregados de R\$ 10.000,00;
- provisão para imposto de renda e CSLL de R\$ 40.000,00;
- constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro;
- constituição de reserva estatutária de 10% sobre o lucro;
- dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado para este fim.

Promovendo-se corretamente o cálculo e a contabilização acima indicados, a conta Dividendos a Pagar, cujo saldo era zero, aparecerá no balanço patrimonial com saldo de

- a) R\$ 22.950,00
- b) R\$ 26.650,00
- c) R\$ 27.000,00
- d) R\$ 30.000,00
- e) R\$ 33.000,00

PÚBLICA

53- Sobre o Plano de Contas da Administração Federal, não podemos afirmar que:

- a) é composto também de uma tabela de eventos.
- b) desdobra-se em 9 (nove) níveis, relativos a 12 (doze) dígitos, indo desde "Classe" até "Conta Corrente".
- c) na Tabela de Contas Correntes, constam campos específicos para "Nota de Empenho" e para "Fonte de Recursos".
- d) são classificadas como "Exigível a Longo Prazo" aquelas obrigações que são exigíveis após o término do exercício financeiro seguinte.
- e) possui como conta do ativo a Conta Única do Tesouro Nacional.

54- Sobre a Tabela de Eventos do SIAFI podemos afirmar que:

- a) um evento de classe 40.0.xxx indica movimentação de crédito.
- b) um evento de classe 10.0.xxx indica uma dotação de despesa.
- c) um evento de classe 30.0.xxx indica empenho de despesa.
- d) um evento de classe 70.0.xxx indica liquidação de Restos a Pagar.
- e) um evento de classe 80.0.xxx indica um embolso financeiro.

55- Sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, não podemos afirmar que:

- a) para emissão de Pré-Empenho (PE), esta modalidade somente pode ser utilizada quando for inviável a utilização da Nota de Empenho (NE).
- b) a utilização da Ordem Bancária (OB) busca evitar que sejam retirados valores da conta bancária da Unidade Gestora (UG) sem o devido registro no SIAFI.
- c) a Nota de Lançamento (NL) somente deve ser utilizada para indicar movimentações de numerário.
- d) a utilização do Pré-Empenho (PE) bloqueia o valor correspondente da dotação da UG.
- e) a Guia da Previdência Social (GPS) é utilizada pelas UG para efetuarem retenções de valores de terceiros ao INSS.

56- Sobre o Balanço Orçamentário, podemos afirmar que:

- a) o Resultado Orçamentário negativo é demonstrado na coluna “Despesa Fixada”.
- b) sua classificação para despesas é subdividida em “Despesas Financeiras” e “Despesas Orçamentárias”.
- c) independe da realização ou não da arrecadação de receitas tributárias.
- d) demonstra as despesas e receitas previstas, confrontando-as com aquelas realizadas.
- e) o superávit na arrecadação não caracteriza superávit orçamentário.

57- Sobre o Balanço Financeiro, não podemos afirmar que:

- a) informa os créditos a disposição das Unidades Gestoras.
- b) informa o montante das contas de resultado.
- c) os valores relativos à inscrição de Restos a Pagar no exercício são computados como receita extra-orçamentária.
- d) como dispêndios extra-orçamentários no exercício são computados os pagamentos de Restos a Pagar inscritos no exercício anterior.
- e) oferece subsídios para o cálculo de Indicadores de Gestão.

58- Indique, nas opções abaixo, qual das proposições a seguir está em desacordo com o definido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

- a) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, previsto nos arts. 52 e 53, deverá ser composto, também, por um balanço orçamentário.
- b) o RREO deverá ter, destacados, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária, nas operações de crédito e nas despesas com amortização de dívida.
- c) o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – deverá ser emitido semestralmente pelos titulares definidos no art. 20 da LRF.
- d) o RGF também deverá ser assinado pelo controle interno.
- e) o descumprimento do prazo de entrega do RREO e do RGF sujeita o ente à sanção.

59- São deduzidos do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, para a composição da chamada “Receita Corrente Líquida da União”, exceto:

- a) as transferências para o Fundo de Participação dos Estados.
- b) as transferências para o Fundo de Participação dos Municípios.
- c) as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, para contagem recíproca do tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria.
- d) as contribuições de servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- e) os valores transferidos, voluntariamente, aos Estados, para implementação de PDV (Programa de Demissão Voluntária).

60- No ano de 2001, a União criou uma empresa pública de natureza não-financeira, denominada XPTO. A lei de criação da empresa previa, em seu art. 1º, que a empresa teria seu estatuto definido por Decreto, não informando se a mesma era ou não uma empresa estatal dependente. Inicialmente, foram integralizados R\$ 2 bilhões. Ao operar, a empresa sistematicamente realiza prejuízo, o que consome seu Patrimônio Líquido. Para que a empresa não sofra uma crise de liquidez, semestralmente, a União realiza aportes de capital da ordem de R\$ 1 bilhão, por meio de Decreto. Aponte, entre as opções abaixo, a análise que melhor adere ao definido na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

- a) conforme definido no art. 2º, III, da LRF, a empresa XPTO não pode ser considerada uma estatal dependente pois não ficou caracterizado que ela recebe recursos para suas despesas de custeio.
- b) como a empresa em comento recebeu aportes de capital por meio de decreto, a mesma não pode ser considerada uma estatal dependente.
- c) a empresa em comento, dependente ou não, deve receber aportes de capital por meio de lei específica.
- d) ela somente poderia ser classificada como dependente se recebesse expressamente aportes de capital para suas despesas com pessoal.
- e) os aportes de capital citados não podem ser caracterizados como “Despesas de Capital”, que são aquelas relativas à aquisição de bens permanentes.